

Contribuições dos *Lugares de Memória* para a Formação de Professores de Matemática

Diogo Franco Rios

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar reflexões teórico-metodológicas a respeito da contribuição que os *lugares de memória* podem oferecer à formação de professores de matemática. Inicialmente, apresenta uma demarcação do contexto da pesquisa em história da educação matemática com foco na cultura escolar que o autor vem desenvolvendo na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em diálogo com outras pesquisas, tanto no campo da História da Educação quanto da História da Educação Matemática; a seguir, com base em uma série de discussões no âmbito da história e da história da educação, apresenta a construção de *lugares de memória* no âmbito das instituições escolares como uma alternativa para reverter a condição precária em que se encontram os acervos das práticas educativas. Por fim, avança sobre a questão apresentada inicialmente, que se constitui em uma contribuição a um debate já existente, que liga a formação de professores de matemática à área de história da educação matemática.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. *Lugares de Memória*. Preservação documental. Acervos escolares. Formação de professores de Matemática.

Memory Places: Contributions to Mathematics Teacher Training

ABSTRACT

This study aims to present theoretical and methodological reflections on the contribution that *memory places* can offer to mathematics teachers' training. Initially, the paper presents the context of a research on the History of Mathematics Education developed by the author in Pelotas, Rio Grande do Sul, with a focus on school culture, in dialogue with other investigations, in the field of History of Education as in the field of History of Mathematics Education. Then, based on a discussion within the History and the History of Education, the text presents *memory places* construction in the school institutions as an alternative to reverse the precarious conditions of the educational practices collections. Finally, the paper deepens the issue presented initially, which constitutes a contribution to an existing debate linking teachers training to the History of Mathematics Education.

Keywords: History of Mathematics Education. *Memory Places*. Documents Preservation. School Collections. Mathematics Teachers Training.

Diogo Franco Rios é Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Atualmente, é Professor Adjunto do Instituto de Física e Matemática da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, atuando no Curso de Licenciatura em Matemática e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Endereço para correspondência: Departamento de Matemática e Estatística – Prédio 5 do Instituto de Física e Matemática, sala nº 335. Campus Universitário, UFPel. 96160-990 Capão do Leão, RS – Brasil. E-mail: riosdf@hotmail.com

Acta Scientiae	Canoas	v.17	p.5-23	Ed. Especial	2015
----------------	--------	------	--------	--------------	------

ANTECEDENTES E CIRCUNSTÂNCIAS DA PESQUISA

Em 2013, quando ingressei como docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tomei contato com as condições precárias de acondicionamento e conservação em que se encontravam diversos acervos escolares da cidade, identificados por iniciativas já realizadas no âmbito do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE/UFPel).¹ Minha experiência anterior inclui, além das pesquisas que resultaram em uma dissertação (RIOS, 2008) e uma tese (RIOS, 2012), três anos de atividade no Centro de Formação de Professores da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Amargosa/BA, onde desenvolvi trabalhos de pesquisa com acervos escolares na região. A partir dessa conjunção, foi elaborado e iniciado o projeto de pesquisa “A modernização da matemática em instituições escolares de Pelotas-RS (1950-1979)”, que tinha, entre seus objetivos, “analisar historicamente os processos de apropriação e institucionalização de propostas modernizadoras para ensino de matemática, especialmente entre os anos de 1950 e 1970” (RIOS, 2013).

Tomado como ponto de partida o Colégio Municipal Pelotense², deparamo-nos com um acervo considerável, mas que realmente se encontrava em condições inadequadas, demandando um redimensionamento dos propósitos de organização, higienização e catalogação que faziam parte da proposta, levando-me a converter aquele projeto de pesquisa em projeto integrado de pesquisa, ensino e extensão, agora denominado “Memória e Educação Matemática em Pelotas – acervo digital das práticas educativas de matemática do Colégio Pelotense” (RIOS, 2014). Nessa circunstância, passamos a envolver mais alunos do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, principalmente aqueles vinculados a um dos subprojetos do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID/UFPel/Matemática), o qual coordeno.

O referido projeto visa contribuir, de maneira mais sistemática, para a salvaguarda da memória institucional do Colégio, produzindo um acervo digital relativo às práticas didáticas ocorridas na Instituição, desde sua fundação até o ano de 1971, quando da criação da escolarização obrigatória de oito anos. As muitas horas de trabalho técnico³ realizado na organização e catalogação das fontes possibilitarão que futuras pesquisas no âmbito da História da Educação Matemática não necessitem ocupar tanto tempo com essas tarefas, tendo acesso a esse acervo de forma mais fácil e direta. Até o momento da produção deste texto, em maio de 2015, já haviam sido higienizados todos os documentos que se encontravam disponíveis no “arquivo morto” e, a partir daí, iniciou-se a catalogação e digitalização daqueles referentes ao ensino de matemática. Paralelamente ao esforço de produção técnica, ações de pesquisa já têm sido realizadas

¹ Trata-se de um grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2000. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9196851851012723>>.

² O *Gymnasio Pelotense* foi fundado em 1902, pelas sociedades maçônicas Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco, uma instituição educacional laica criada para servir de alternativa ao Ginásio Gonzaga, de caráter confessional (AMARAL, 2005).

³ O projeto conta com a participação das alunas do Curso de Licenciatura em Matemática da UFPel: Ana Paula Madeira Vieira, Francine Fernandes Araújo, Laura Leal Moreira, Luciane Bichet Luz, Makele Verônica Heidt e Mélangy dos Santos Mello.

e as primeiras análises historiográficas utilizando os materiais localizados começam a ser divulgadas e podem ser agrupadas em dois tipos de trabalhos.

O primeiro discute aspectos teórico-metodológicos relacionados aos processos de preservação e conservação documental que vêm sendo realizados no âmbito do Colégio Municipal Pelotense (RIOS, 2014; AMARAL; RIOS; VIEIRA; SICCA; MASTRANTONIO, 2014).

O segundo, refere-se às questões que têm sido colocadas às fontes localizadas. Uma delas se propôs a identificar saberes elementares de matemática nos documentos já localizados que estavam relacionados com os cursos preparatórios aos exames de admissão e com os próprios exames de admissão realizados do Colégio Pelotense (MELLO; RIOS, 2014); um outro trabalho analisou orientações pedagógicas que circularam em alguns artigos da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, entre 1939 e 1942, voltadas para o ensino de matemática nos cursos preparatórios aos exames de admissão, modalidade de ensino que existiu no Colégio Pelotense naqueles anos (HEIDT; MELLO; RIOS, 2015).

Durante as tratativas para desenvolvimento do referido projeto, também tive a oportunidade de fazer contato com vários ex-alunos e professores de outras escolas de Pelotas, que sinalizaram para uma vasta possibilidade de acesso a instituições e personagens que participaram, na cidade, dos processos de circulação e apropriação de modelos educacionais de matemática nos diversos níveis de ensino, desde a escola primária até o ensino superior, durante o século XX.

Dos contatos realizados, destaco o Colégio Gonzaga (fundado em 1895)⁴ e o Instituto Estadual de Educação Assis Brasil (fundado em 1929),⁵ instituições que também tiveram grande importância educacional na cidade. Além dessas, houve a sinalização de parceria com outras instituições que, de algum modo, serão contempladas na pesquisa, como é o caso da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), responsável pela criação do primeiro curso de formação de professores de matemática da cidade, nos anos 1970, e da Biblioteca Pública Pelotense, que serviu de espaço para cursos noturnos (PERES, 2002) e preparatórios para o Exame de Admissão do Gymnasio Pelotense (HISTÓRICO, 1952). A própria Universidade Federal de Pelotas também se constitui em uma importante parceira, uma vez que possui o Centro de Documentação (CEDOC/UFPel), vinculado ao CEIHE. O CEDOC foi criado em 2012, salvaguardando o acervo de algumas instituições escolares, assim como materiais bibliográficos (livros e periódicos) raros ou de difícil localização.

⁴ A Escola São Luiz Gonzaga, que posteriormente passaria a se chamar Colégio Gonzaga, foi a primeira escola católica criada na cidade de Pelotas, inaugurando o que se tornaria, nos anos seguintes, uma rede de ensino confessional, prioritariamente católico, ocupando o espaço de escolas particulares, criadas ainda no período do Império (NEVES, 2012).

⁵ No Instituto Estadual de Educação Assis Brasil também já iniciamos os processos de localização, organização, catalogação e digitalização do acervo relacionado às práticas de matemática.

Um exemplo da amplitude desse acervo é a presença de uma coleção da Revista Infantil Cacique (1954-1963), em que faltam apenas 9 números dos 112 editados. Já foi iniciada a análise do periódico no que diz respeito à presença de conteúdos elementares de matemática, tendo sido até o momento identificada uma quantidade expressiva de menções relativas à Geometria e à Aritmética (LUZ; RIOS, 2015).

Diante dessas novas possibilidades que apareceram, redimensionamos a proposta anterior e iniciamos o projeto “Educação Matemática no Rio Grande do Sul: instituições, personagens e práticas entre 1890 e 1970” (RIOS, 2015), na tentativa de contemplar a variedade de fontes e questões que começavam a ser indicadas e que, em alguns casos, ultrapassavam os limites do município de Pelotas ou a delimitação temporal que vinham delineando a pesquisa até o momento.

Cabe salientar que a implementação dessas propostas de pesquisa que vimos tentando desenvolver se ajusta à ampliação que, nos últimos anos, vem ocorrendo no âmbito da historiografia da educação, em vertentes ligadas à História Cultural, que vêm incorporar uma variedade novos problemas e objetos, não se fixando apenas na compreensão dos sistemas educativos ou nas legislações a eles associadas. O interesse desses trabalhos tem se voltado, significativamente, para as instituições escolares e as práticas educativas e culturais existentes no seu interior (SAVIANI, 2013; CHERVEL, 1990; JULIA, 2001), associado à importância crescente ao resgate da história, da memória e da identidade dos diversos grupos que se formaram nessas instituições, a partir dos seus próprios discursos (POLLAK, 1989; 1992; SORGENTINI, 2003).

Com esse intuito, iniciamos, mais recentemente, exercícios de História Oral (AMADO; FERREIRA, 1996; THOMPSON, 2002; PORTELLI, 2001; 2010) com antigos professores de matemática do município, a respeito de suas experiências de formação e atuação profissional. A partir dessas entrevistas, chegamos a novos personagens e instituições, bem como a aspectos peculiares das práticas de matemática no município como, por exemplo, estratégias de estudo coletivo, organizadas por professores leigos antes da criação daquele curso da UCPel.⁶

É preciso dizer que o referido projeto também se propõe a dialogar com a historiografia da educação matemática no Rio Grande do Sul e, mais particularmente, com um grupo de pesquisadores que tem feito um esforço articulado em produzir análises a respeito dos saberes elementares de matemática praticados no Estado. Neste caso, estou me referindo ao projeto “A Matemática no Ensino Primário Gaúcho dos Anos Cinquenta: documentos e narrativas de antigos professores” (BÚRIGO, 2013), que está associado a um projeto nacional, “A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970” (2013), coordenado por Wagner Rodrigues Valente.

⁶ O material resultante das entrevistas ainda se encontra em fase de transcrição, para futura disponibilização.

Dos resultados desse projeto nacional, destaco particularmente dois trabalhos que analisam as prescrições oficiais que orientaram o ensino de matemática no curso primário do Rio Grande do Sul, contemplando a demarcação temporal já indicada. No primeiro, a autora apresenta a análise de um inventário “[...] da legislação referente ao ensino primário, no período que se estende da proclamação da República até a aprovação do decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946”, tendo como foco as prescrições oficiais relativas ao ensino de aritmética, e identifica que naqueles anos o “Rio Grande do Sul consolidava sua própria rede e um aparato de controle, supervisão e assessoria técnica ao ensino” (BÚRIGO, 2014, p.11). O segundo apresenta uma análise dos programas de aritmética e geometria, tomando como ponto de partida o primeiro Programa estabelecido durante a República, em 1899, até a implementação do Programa Experimental de 1959, identificando como as orientações relativas a esses saberes elementares foram sendo redefinidas em função das finalidades que lhes eram atribuídas para o ensino primário e das ideias pedagógicas que circularam no período (BÚRIGO; FISCHER; PEIXOTO, 2014). Desses trabalhos, depreende-se a necessidade de se produzirem outras investigações que analisem os modos como tais prescrições foram interpretadas e implementadas no interior das instituições escolares, aspectos pouco analisados até então, em função da limitação explicativa imposta pela especificidade das fontes utilizadas, uma vez que as legislações educacionais não abordam essas questões internas às escolas.

O projeto “Educação Matemática no Rio Grande do Sul: instituições, personagens e práticas entre 1890 e 1970” dispõe-se a colaborar especificamente nessa direção, ou seja, produzir explicações a respeito de como se deram os processos de circulação e apropriação de padrões educacionais da matemática no interior das escolas do Rio Grande do Sul, mais particularmente em Pelotas, tomando como fontes prioritárias os acervos documentais escolares referentes às práticas educativas de matemática.

Para viabilizar tal proposta, é imprescindível ter acesso aos arquivos escolares, *rastros* (GINZBURG, 1989; 2007) das práticas educativas mais cotidianas e peculiares de ensino de matemática. Sobre essas práticas, Julia (2001) faz uma provocação bastante pertinente, que nos coloca ante à limitação explicativa de alguns de seus aspectos: “a história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir, porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento, tem necessidade de ser dito ou escrito?” (Ibid., p.15).

Ainda que se reconheça tal limitação, os acervos escolares podem oferecer colaborações bastante significativas e, por isso, têm sido objeto de reflexão de historiadores da educação. Segundo Mogarro (2005), esses materiais podem nos dar pistas a respeito das peculiaridades das instituições escolares, sua cultura e funcionamento internos.

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível

construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (Ibid., p.79)

Nessa mesma direção, Vidal (2005) acrescenta que os documentos escolares, os objetos antigos da escola e as memórias de seus personagens podem fazer emergir outros tantos traços da cultura escolar e das práticas cotidianas, para além dos conteúdos ensinados, colaborando com a construção da história da educação enriquecida pelas perspectivas oriundas do interior das instituições:

[...] esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de formulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes... [...] esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetram nessas mesmas práticas escolares. (Ibid., 2005, p.16-17)

Feito esse preâmbulo, a seguir apresentarei algumas reflexões teórico-metodológicas que enfatizam a contribuição que práticas de preservação dos arquivos escolares podem oferecer, tanto para avançarmos na produção historiográfica da Educação Matemática quanto para a formação de seus professores.

DA PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS ESCOLARES AOS LUGARES DE MEMÓRIA

Uma vez que, no âmbito da História da Educação Matemática, estamos convencidos da importância dos vestígios das práticas escolares, precisamos fazer coro à reivindicação em defesa da sua adequada preservação.

Essa reivindicação vem na contramão do descaso com que tais materiais têm sido tratados nas instituições escolares, que, geralmente, descartam a maior parte deles. Somente permanecem em condição um pouco menos vulnerável aqueles relacionados à burocracia institucional, os que registram datas, nomes, notas, séries, aprovações, reprovações, leis, resoluções normativas, dentre outros. Souza apresenta um quadro

bastante preocupante (apesar de bastante comum) das condições em que se encontram os acervos escolares brasileiros:

Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos, quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas, entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas. (SOUZA, 2013, p.205)

A necessidade de reversão desse quadro, para além da preocupação com a preservação desse patrimônio da cultura escolar, se justifica pelo reconhecimento do quanto são importantes no processo de mediação com o passado das instituições escolares, servindo para qualificar as explicações históricas que dependem, inevitavelmente, do exercício interpretativo que os historiadores realizam sobre as fontes (ORSO, 2013; WERLE, 2004; LOMBARDI, 2004).

Entre as iniciativas decorrentes desse debate, destaco o estímulo a iniciativas de instituições escolares para que deem uma destinação mais adequada aos materiais produzidos no cotidiano da prática educativa.⁷ Quando isso não é possível, têm sido criados espaços (geralmente em universidades e ligados a grupos de pesquisa) para receber e salvaguardar materiais de práticas escolares, tanto de instituições quanto de ex-alunos e ex-professores.⁸ A criação de espaços de preservação documental escolar fora de suas instituições originárias, ainda que esteja longe de se reconhecer como a melhor alternativa para conservação do patrimônio documental da instituição, funciona como uma possibilidade razoável, com o intuito de garantir que essas fontes não se percam definitivamente.

Saviani (2004) defende que não devemos nos contentar com que a preservação dos acervos escolares seja um esforço dos grupos de pesquisa ou dos centros de documentação, e conclama a uma reivindicação coletiva em prol da elaboração de políticas públicas que ampliem esse cuidado a todos os acervos escolares:

Impõe-se, pois, a necessidade de formulação e implementação de uma política de fontes [...] já está na hora de desencadear um movimento amplo dirigido às escolas, às organizações da área de educação e aos órgãos do Estado, tendo como mote a questão da política de fontes para a história da educação brasileira. [...] assim, não apenas cada um de nós se empenharia individualmente nessa direção.

⁷ No Rio Grande do Sul, destaco o Memorial do Colégio Farroupilha (BASTOS; JACQUES; ALMEIDA, 2013).

⁸ No Rio Grande do Sul, destaco trabalho do CEDOC/UFPel (TEIXEIRA; AQUINO, 2014). E, em âmbito nacional, relacionado à matemática, destaco o Centro de Documentação do Grupo de Pesquisa da História da Educação Matemática no Brasil – (GHEMAT). Disponível em: <<http://www.unifesp.br/ghemat>>.

Toda sociedade seria mobilizada tendo em vista a realização desse objetivo. (Ibid., 2004, p.11)

Como já foi indicado acima, o esforço desses profissionais não se explica somente como uma ação desinteressada pela preservação documental, mas em função de seu potencial explicativo frente à variedade de questões que, nos últimos anos, passaram a fazer parte da agenda de interesses da história da educação, ao aproximar-se da história cultural.

A atenção que os historiadores da educação crescentemente vêm atribuindo aos arquivos escolares radica numa atitude de diálogo plural, em que a questão das fontes de informação emerge como uma prioridade no quadro teórico-metodológico da história da educação e da história cultural. Torna-se urgente localizar, sistematizar, organizar e divulgar essas fontes, problematizando-as e validando-as, de forma que elas possam alimentar os novos temas e objectos de estudo incluídos no campo científico da história da educação: os alunos, nas suas especificidades (como a atenção renovada que tem sido dada à infância), os professores e a profissão docente, a formação de professores, as instituições escolares, a educação não formal, as questões de género, os públicos escolares minoritários, os quotidianos escolares, os saberes pedagógicos, a circulação e a apropriação de modelos culturais e as formas que os veiculam. (MOGARRO, 2005, p.88)

Para além dos interesses da produção historiográfica, ao se integrar a preservação das fontes documentais ao cotidiano das instituições, pode-se colaborar com a preservação da memória institucional e com o fortalecimento de um elo de continuidade entre as diferentes gerações que ali atuaram e atuam, uma vez que práticas de celebração da memória escolar podem favorecer a manutenção de sua identidade coletiva institucional. Segundo Pierre Nora, em sociedades como a nossa, nas quais já quase não se mantêm as práticas coletivas de recordação do vivido, onde privilegia-se o novo ao invés do antigo e o futuro ante o passado, a memória se mantém, quase que exclusivamente, de maneira residual e confinada a lugares socialmente legitimados para depositá-la, os *lugares de memória*, como os museus e os arquivos públicos, que assumem a responsabilidade de portarem o testemunho do passado para as gerações vindouras (NORA, 1993).

Nesses casos, os *lugares de memória* desempenham uma função fundamental de conectar as diferentes gerações de um grupo social, ao transmitirem as memórias, valores e traços da própria identidade. Eles permitem que as mais novas tenham condições de aprender como seus representantes atuaram e construíram os valores que lhes foram deixados, nos primórdios, ou simplesmente, nas gerações ascendentes. Sem esse recurso, dificilmente as contribuições deixadas, com suas características e identidade, seriam preservadas por muito tempo, dada a velocidade com que as mudanças ocorrem na sociedade. Segundo ele, “[...] é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários,

organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13).

A escola merece ser, cada vez mais, um espaço onde, ao lado das iniciativas pertinentes ao presente, se celebre o passado, onde os vestígios das antigas experiências educacionais tenham espaço de preservação, onde as práticas que ali já foram presenciadas, adequadas ou não, encontrem lugar de registro. Em função disso, as instituições escolares parecem demandar pela criação de seus próprios *lugares de memória*, na tentativa de superar a separação entre as diferentes temporalidades que já atravessaram. Dessa forma, se interromperia a descontinuidade que lhes parece imposta e se possibilitaria a reconstrução do elo com as experiências educativas vividas no passado institucional, cumprindo o que Nora (1993) chamou de “dever de memória”, que “faz de cada um o historiador de si mesmo. [...] Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens” (Ibid., 1993, p.17).

Há algum tempo, tenho me interessado pelo conceito de *lugar de memória*. Inicialmente, considerando-o com referência à corporação de matemáticos brasileiros e analisando como, juntamente com outras práticas de memória que lhes são típicas, colabora fundamentalmente nos processos de negociação da identidade coletiva do grupo (RIOS, 2008). Aqui, a discussão é tornar *lugares de memória* os espaços depositários do conjunto dos vestígios das práticas escolares, com destaque para os registros documentais, tanto da própria instituição quanto da matemática escolar, em favor da construção de um sentido coletivo para preservá-los, um elo de continuidade e também de funcionalidade.

Vidal (2005) já havia feito essa associação entre os *lugares de memória* e a preservação dos arquivos escolares, propondo transformar os “arquivos mortos” das escolas em “arquivos históricos”, integrando os documentos do passado institucional ao “arquivo corrente”, constituindo-os em um conjunto que, ao se integrar, constituiria um arquivo permanente. O que parece mais interessante nessa proposta é a possibilidade de que o conjunto resultante não sirva

[...] apenas a uma escrita sobre a escola (no bojo de pesquisas historiográficas ou não), mas atende aos interesses de construção de vínculos entre os fazeres atuais e pretéritos no interior da escola, por parte dos professores, professoras, alunos e alunas, de maneira a constituir o arquivo escolar [...] em um lugar de memória. (Ibid., 2005, p.23)

Esse entendimento fortalece, para as próprias instituições, a defesa da criação de *lugares de memória*. Aos historiadores da educação e, particularmente, da educação matemática, em função das perguntas que pretendem responder, interessará eleger como suas fontes um conjunto limitado e particular dos documentos e materiais que existem

nas escolas. Aos pesquisadores de outras áreas poderá interessar um conjunto diferente de documentos e materiais.

Os formadores de professores de matemática, por exemplo, podem se interessar por algum conjunto de materiais que expresse práticas de ensino e que possa ser tomado como ponto de partida para reflexões a respeito do ensino de um certo conteúdo ou, ainda, a respeito do currículo da disciplina em determinado período. Na próxima seção tratarei desse tema, mais especificamente.

Além de objetos que possam interessar a diversos grupos de pesquisadores, para Vidal, parte da própria comunidade escolar também pode se beneficiar da existência de um arquivo histórico que, por estar integrado à vida da escola, pode “fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere)” (VIDAL, 2005, p.24). Ou seja, a possibilidade de constituição de práticas de reflexão da trajetória da instituição, associados aos *lugares de memória*, poderia funcionar como um mecanismo de fortalecimento do sentimento de pertencimento de diferentes grupos que ali atuam e da comunidade que a integra, ao serem reconhecidas as funções formativas que a instituição desempenhou no passado e aquela que ela assume na atualidade. Igualmente, o que parece adequado esperar, é que com isso a escola poderia organizar uma gestão integrada dos arquivos escolares, histórico e corrente, viabilizando uma melhoria significativa dos processos de localização e consulta aos documentos existentes, uma vez que esses se encontrariam organizados, catalogados e disponíveis em versão impressa ou, mesmo, digital.

A discussão a respeito da valorização dos arquivos e de sua integração à vida escolar passa, necessariamente, por uma reflexão a respeito do descarte. Se, por um lado, o simples acúmulo de documentos produzidos cotidianamente na e pela escola não constitui uma ferramenta de preservação do esquecimento das experiências vividas na instituição, por outro, tem-se reconhecido que os espaços destinados aos arquivos não são capazes de suportar o volume de materiais produzidos cotidianamente (JULIA, 2001).

Trata-se de uma tarefa bastante difícil, encontrar a justa medida entre o descarte e a preservação, mesmo quando a *destinação* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.68) é construída a partir do diálogo entre os diversos interessados nos arquivos escolares, de modo atender seus diferentes objetivos. Saviani (2013) reconhece que, mesmo quando esse processo é bastante cuidadoso, não se consegue eliminar o risco de

[...] termos de amargar, num futuro próximo, o fato de que nossa decisão de descartar determinados materiais que, na conjuntura específica das decisões tomadas, revelavam-se sem importância, na verdade, venha a acarretar a perda irreparável de fontes indispensáveis para se esclarecer certas questões que, na nova conjuntura, emergiram como relevantes. (Ibid., p.17)

Nesse sentido, a tecnologia pode colaborar oferecendo alternativas que equilibrem a administração do espaço com a preservação do acervo. A discussão passa a ser em torno de quais documentos serão preservados apenas em versão digital, já que, de acordo com a legislação brasileira, as versões digitalizadas ou microfilmadas são aceitas como representação do original (VIEIRA, 2013).

A digitalização do conjunto de documentos escolares está muito relacionada com o que estamos discutindo aqui, constituindo-se em um caminho alternativo para a sistematização e salvaguarda desse acervo, inclusive, com a possibilidade de diminuição de tempo para sua recuperação e de ampliação das possibilidades de sua disponibilização.

Ainda que se reconheçam os riscos impostos pelas tecnologias digitais, como, por exemplo, o fato de sua leitura necessitar necessariamente de mediação de uma máquina (VIDAL, 2000), eles oferecem um ganho significativo no que se refere ao impasse entre o espaço disponível e o espaço demandado pela produção contínua de materiais nas instituições, ampliando enormemente a capacidade de armazenamento.

Estarmos tratando de um arquivo digital não inviabiliza a possibilidade de que este se torne um *lugar de memória*, já que o que o define não é sua dimensão material, mas o fato de constituir-se em uma prática ou ritual realizado, por um indivíduo ou grupo, de culto ao passado, num desejo de salvá-lo do esquecimento.

Além disso, a partir da existência de um arquivo digital, parece ser muito mais possível que o acesso a esses materiais, seja para pesquisa, práticas de memória ou, até, para atividades de cunho pedagógico, possa ser utilizado sem que se ponha em risco sua materialidade, muitas vezes demasiado frágil para que possam ser manuseados sem o conhecimento e os aparatos técnicos do campo da museologia.

Um exemplo de ampliação do acesso ao conjunto de documentos em decorrência da digitalização, poderia ser o uso de fotografias da instituição em rituais ou ocasiões comemorativas. Uma vez digitalizadas, poderiam, com certa vantagem sobre as versões impressas, serem visualizadas em painéis ou pôsteres, editadas, impressas, distribuídas ou circularem nas redes sociais disponíveis na internet, apenas para citar algumas possibilidades.

O fato é que elas poderiam se integrar efetivamente nessas práticas de memória reconhecidamente estratégicas na manutenção do elo entre as gerações passadas e atuais (RIOS, 2008), possibilitando que se valorizasse, de forma mais heterogênea, traços da identidade coletiva que, não necessariamente, estivessem em consonância com aqueles associados aos grupos hegemônicos da instituição. Com isso poder-se-ia tensionar o modo tradicional como as comemorações têm sido utilizadas para enaltecer apenas valores que o grupo que detém o poder institucional entende que devam ser atualizados nos membros atuantes.

Isso seria possibilitado, por exemplo, por um acesso mais amplo não apenas às fotografias oficiais, mas também aos registros fotográficos produzidos em momentos informais ou por sujeitos cujas intenções mobilizadoras de seus “instantâneos” não

estivessem aderidas aos valores oficiais da instituição à época, oferecendo outras perspectivas que, igualmente, estariam marcadas por contextos diversos tanto culturais, políticos ou de outra ordem (BURKE, 2004). Assim poderiam ser interpretadas as fotos irreverentemente produzidas por alunos, que tenham sido confiscadas e estejam preservadas ou, simplesmente, tenham sido doadas ao acervo institucional.

Ultrapassando ainda os benefícios que o uso da tecnologia de digitalização pode oferecer à escola e aos grupos a ela mais diretamente ligadas, Vieira identifica outros ganhos relacionados à existência da versão digital desses materiais,

[...] que vão além do simples uso da própria tecnologia, envolvendo a criação de grupos, núcleos e programas de estudos, bancos documentais informatizados, criação de páginas, listas de discussão, edição de revistas eletrônicas e outras possibilidades que, a cada dia, são colocadas à disposição dos historiadores. (VIEIRA, 2013, p.75)

Um exemplo disso, no âmbito da Educação Matemática no Brasil, é o Repositório de Conteúdo Digital designado como subcomunidade História da Educação Matemática⁹ e vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de um espaço de preservação e disponibilização de diversos tipos de acervos históricos, não necessariamente escolares, ligados ao ensino de matemática do Rio Grande do Sul e de outros 19 estados, também associado ao projeto “A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970” (VALENTE, 2013), já mencionado anteriormente (COSTA, 2015).

LUGARES DE MEMÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Quero aqui enfatizar o debate a respeito do potencial dos *lugares de memória* para a formação de professores de matemática, aspecto que somente sugeri no item anterior, quando afirmei que os formadores, ao terem acesso aos materiais que tratam de práticas de ensino da disciplina em instituições escolares, poderiam tomá-los como mote para discussões a respeito de conteúdos ou do próprio currículo escolar.

Para além de meu interesse pelos documentos escolares, desde que comecei a refletir a respeito do papel das práticas de memória na consolidação da identidade profissional dos matemáticos brasileiros, venho me questionando sobre de que maneira discussões relacionadas com o tema poderiam interessar a futuros professores.

⁹ Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>.

O contato com arquivos escolares de matemática poderia contribuir para a formação de professores de matemática, possibilitando reflexões a respeito das práticas de matemática atuais e de aspectos da sua própria formação?

Trata-se de uma provocação que utilizo de maneira recorrente na discussão para a justificação do projeto de pesquisa. Fui questionado, em certa ocasião, se essa temática não seria pertinente apenas em cursos de história ou “lá na Pedagogia”, denotando o pouco espaço que a história da educação e da educação matemática ocupam em cursos de Licenciatura em Matemática. No âmbito do grupo do PIBID¹⁰, frequentemente faço uma questão semelhante: como o estudo das práticas escolares de ensino de matemática do Colégio Municipal Pelotense e do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, mediado por seus acervos históricos, poderia contribuir com iniciação à docência dos alunos participantes?

Em 2010, Valente publicou um trabalho a respeito do potencial que a história da educação matemática teria na formação de professores. Ali, identificou outros trabalhos que também refletiram a respeito desse tema, destacando o trabalho de Miguel e Miorim (2004), por indicarem em suas práticas de formação de professores a incorporação da história da educação matemática à história da matemática, e o de Garnica (2006), que aponta para contribuição que o estudo de produções de história oral, com foco na educação matemática, pode ter para a formação de professores.

Em outro trabalho, ainda tratando do mesmo tema, o mesmo autor defende “[...] a necessidade de os cursos de Licenciatura em Matemática reservarem um lugar, no currículo, para a abordagem da matemática da escola básica numa perspectiva histórica” (VALENTE, 2013, p.940), por reconhecer a importância de futuros professores de matemática refletirem a respeito dos processos históricos de construção “dos saberes elementares matemáticos” (Idem, p.950), com os quais atuarão em sua futura prática docente na educação básica.

Aqui, apresento algumas reflexões nessa direção, discutindo como o estreitamento das relações entre os espaços de formação de professores e as instituições escolares a eles culturalmente ligados, possibilitado pela existência de *lugares de memória*, pode se constituir em uma alternativa para colaborar com essa formação. Tomo, como ponto de partida, algumas questões que dialogam com as provocações que os alunos me têm feito. Para que serviria aproximar alunos de matemática das instituições escolares e *lugares de memória*? Com que tipo de materiais eles se deparariam? De quais aspectos da cultura escolar estariam se aproximando? Que traços da instituição e do ensino de matemática poderíamos identificar a partir da mediação dos arquivos?

O primeiro ganho é o contato com os elementos constitutivos e definidores de uma escola em si, espaço que será palco de suas futuras práticas profissionais, tendo seus arquivos como mediadores de práticas profissionais de outros que ali atuaram. Ao fazê-lo, os licenciandos teriam a chance de reconhecê-la enquanto estrutura complexa,

¹⁰ Já mencionado na primeira seção.

com uma identidade e cultura próprias e atravessada pelas contradições típicas do nosso sistema educativo.

Saviani (2013), referindo-se ao exercício de produção histórica, apresenta elementos básicos que comporiam a estrutura escolar e que se fariam notar à medida em que o pesquisador se aproxima da instituição. De forma análoga, penso que seriam esses elementos com os quais poderiam se deparar os alunos de matemática.

[...] voltando-se para determinada instituição escolar, aquilo que logo salta aos olhos é a própria escola instalada, [...] o prédio com seus equipamentos, incluído o material didático, e sua estrutura organizacional. [...] em seguida, [...] o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição e preservação da memória, a bibliografia selecionada, o planejamento das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo e a disposição dos agentes encarregados do funcionamento institucional [...] em terceiro lugar [...] as práticas pedagógicas propriamente ditas, mediante as quais se realizam as aprendizagens entendidas como incorporação do ideário pedagógico, definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição em ato, ou seja, voltamo-nos para o próprio *modus operandi* da instituição. (Ibid., 2013, p.29)

De modo mais geral, ao se confrontarem com os traços da cultura de uma instituição escolar, em que se misturaram elementos da estrutura física, dos diversos projetos e ideários educacionais e das práticas cotidianas de professores e alunos, os licenciandos poderão ser provocados a pensar a respeito da própria educação, suas contradições e sobre os papéis formativos que são atribuídos à escola.

Também poderão emergir reflexões a respeito do papel dos professores de matemática em diferentes momentos históricos vivenciados pela instituição, e como suas ações pedagógicas estiveram aderidas a certos modelos e discursos pedagógicos, e se expressaram em suas práticas cotidianas. Ao terem acesso a ações pedagógicas de outros professores, deslocados temporalmente e mediados pelos documentos, poderão refletir sobre os modos como as prescrições educacionais existentes foram interpretadas e institucionalizadas, contribuindo para a discussão a respeito das tensões educacionais existentes entre as prescrições estabelecidas e o que delas se faz no interior das escolas.

A apreciação de questões como essas pode também funcionar como mote para reflexões a respeito dos mecanismos utilizados para constranger os professores, tanto no passado quanto no presente, a implementarem em suas salas de aula propostas pedagógicas com as quais muitas vezes não concordam ou, sobre as quais, sequer estão devidamente orientados. Tais mecanismos de regulação podem ser identificados a partir da localização de vestígios de processos de fiscalização como, por exemplo, os relatórios de inspetores federais sobre os ginásios equiparados ao Ginásio Pedro II, como foi o caso do Colégio Pelotense.

A utilização de materiais do cotidiano escolar pode ampliar ainda mais as possibilidades de debates que, tradicionalmente, já permeiam as disciplinas de prática de ensino e as atividades de estágio supervisionado, previstas nos currículos de matemática brasileiros, ainda que tais debates estejam geralmente limitados à situação atual das instituições educacionais.

Apresento apenas mais alguns exemplos, já que não imagino que seja possível esgotar aqui as possibilidades de debate que podem emergir do contato com esses materiais. Uma vez que cadernos de alunos, planejamentos e avaliações façam parte do arquivo, é possível utilizá-los para discutir a respeito do modo como certos conteúdos eram distribuídos no currículo escolar, quais métodos de ensino eram utilizados e quais competências eram esperadas dos alunos para que eles fossem aprovados nas avaliações. Além de poderem servir de argumento para investigações sobre as modificações do currículo de matemática da escola básica ao longo do tempo, e sobre o quanto tais alterações expressam as funções sociais atribuídas à matemática escolar e apontam para as perspectivas pedagógicas que as orientavam, as permanências e modificações de certos conteúdos podem ser tomadas como pano de fundo para debates a respeito das premissas que definem os atuais parâmetros curriculares do ensino. Ou seja, a partir do manuseio dessas fontes pode-se avançar na direção de compreender a construção da cristalização de algum conteúdo no currículo escolar ou, como perguntaria Valente (2013, p.950), “por que a escola básica ensina o que ensina em matemática?”.

Outros tantos materiais pertinentes aos arquivos históricos escolares mereceriam ser cogitados em seu potencial disparador de questões relacionadas à formação de professores de matemática como, por exemplo, os livros didáticos, as atas de reuniões de professores ou as fichas contendo o histórico profissional dos professores, uma espécie de *curriculum vitae*, preservados em muitas instituições escolares.

Por fim, quero retomar a função dos *lugares de memória*, ao lado de outras práticas de memória nos processos de cristalização da memória coletiva dos grupos sociais, para pensar como poderiam também contribuir com a identidade coletiva dos professores de matemática, tema que mereceria um debate mais abrangente, mas que gostaria de, pelo menos indicar aqui.

Uma vez que as escolas em que os futuros professores irão atuar já foram palco de experiências educacionais de outros educadores, o contato com esses personagens, mediado pelos *lugares de memória*, pode contribuir com a formação da identidade profissional, individual e coletiva desses futuros professores, funcionando como um elo entre eles e a categoria profissional na qual ingressam, que possui sua própria história e memória.

O contato dos licenciandos com as práticas de educadores de outras gerações, associado a reflexões sobre suas práticas, seus mecanismos de articulação coletiva e, mesmo, seus equívocos na prática pedagógica, pode possibilitar, a partir de reflexões críticas, produções de sentido a respeito de suas próprias trajetórias profissionais. Afinal, o processo de formação da identidade, individual ou coletiva, “[...] pressupõe a construção ao longo da própria existência de uma imagem que representa a maneira como o indivíduo

ou o grupo percebe-se a si próprio e como quer se apresentar e ser percebido pelos outros” (RIOS, 2008, 38).

Apresentei, neste trabalho, algumas práticas de pesquisa que venho desenvolvendo, bem como reflexões que associam conservação dos acervos escolares relacionados à matemática, *lugares de memória* e espaços de formação de professores de matemática.

Os arquivos escolares transformam-se, assim, em fonte de questões disparadoras de reflexões a respeito do fazer docente, de aspectos sociais da profissão e da constituição da identidade profissional do professor de matemática.

Longe de se chegar a uma conclusão, este trabalho abre novas possibilidades de reflexões a respeito do tema que é ainda mais amplo, sobre como a história da educação matemática pode contribuir para a formação de professores.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- AMARAL, G. L. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva, 2005.
- AMARAL, G. L.; RIOS, D. F.; VIEIRA, N. F.; SICCA, A. D.; MASTRANTONIO, T. S. Os bastidores do trabalho junto ao acervo documental do Museu do Colégio Municipal Pelotense e sua importância para a História da Educação. In: AMARAL, G. L. (Org.). *Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão 2004-2014*. Pelotas: EDUCAT, 2014. p.119-131.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005.
- BASTOS, M. H. C.; JACQUES, A. R.; ALMEIDA, D. B. *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BÚRIGO, E. Z. *A Matemática no Ensino Primário Gaúcho dos Anos Cinquenta: documentos e narrativas de antigos professores*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 3f.
- BÚRIGO, E. Z. Aritmética nas escolas primárias gaúchas na primeira metade do século 20: o ensino prescrito. *História da Educação*, v.18, n.44, p.9-25, 2014.
- BÚRIGO, E. Z.; FISCHER, M. C. B.; PEIXOTO, F. A. B. Saberes matemáticos na escola primária do Rio Grande do Sul: permanências e mudanças nas prescrições dos ensinamentos. In: COSTA, D. A.; VALENTE, W. R. (Org.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2014. p.149-168.
- BURKE, P. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

COSTA, D. A. O GHEMAT e o repositório de conteúdo digital. In: VALENTE, W. R. (Org.). *Cadernos de trabalho*. São Paulo: Livraria da Física, 2015, v.3, p.17-45.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: um inventário. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo: Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos. v.2, n.1, p.137-160, 2006.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.143-179.

HEIDT, M. V; MELLO, M. S; RIOS, D. F. Os cursos preparatórios aos exames de admissão na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). In: XII SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890-1970): o que dizem as revistas pedagógicas? 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EdIPUCPR, 2015. p.1-14.

HISTÓRICO do Colégio Pelotense. Pelotas: Of. Gráficas da Livraria Globo S. A, 1952.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v.1, n.1, p.9- 43, jan./jun. 2001.

LOMBARDI, J. C. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.141-176.

LUZ, L. B.; RIOS, D. F. Noções de Matemática Elementar na Revista Infantil Cacique (1954-1963). In: XII SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890-1970): o que dizem as revistas pedagógicas?, 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EdIPUCPR, 2015. p.1-12.

MELLO, M. S.; RIOS, D. F. A Matemática Elementar em Pelotas: cursos preparatórios e exames de admissão do Gymnasio Pelotense. In: II ENAPHEM (Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática), 2014, Bauru. *Anais...* Bauru: Faculdade de Ciências, 2014. p.260-270.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. *História na Educação Matemática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.5, n.10, p.75-99, jul./dez. 2005.

NEVES, H. A. *O Ensino privado em pelotas-RS na propaganda impressa: séculos XIX, XX, XXI*. 2012. 410f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFPel, Pelotas.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: História & Cultura*. São Paulo, v.10, p.7-28, jul./dez. 1993.

ORSO, P. J. História, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, J. C; ORSO, P. J.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. 1ed. Campinas: Alínea, 2013. p.33-48.

PERES, E. T. *“Templo de Luz”*: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pública pelotense (1875-1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.3-15, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, A. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, A. História oral como gênero. *Projeto História: História e Oralidade*. São Paulo, v.22, p.9-36, jan./jun. 2001.

RIOS, D. F. *Educação Matemática no Rio Grande do Sul: instituições, personagens e práticas entre 1890 e 1970*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015. 12f.

RIOS, D. F. História da Educação Matemática em Pelotas: pesquisa e preservação documental no Colégio Municipal Pelotense. In: AMARAL, G. L. (Org.). *Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão 2004-2014*. Pelotas: EDUCAT, 2014. p.107-118.

RIOS, D. F. *História e Memória: A saída de Leopoldo Nachbin do IMPA*. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Ens., Filos. e Hist. das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador, 2008.

RIOS, D. F. *Memória e Educação Matemática em Pelotas* – acervo digital das práticas educativas de matemática do Colégio Pelotense. Projeto de Extensão. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014. 10f.

RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador, 2012.

RIOS, D. F. *A modernização da matemática em instituições escolares de Pelotas-RS (1950-1979)*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013. 9f.

SAVIANI, D. Breves Considerações sobre Fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.141-176.

SAVIANI, D. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, J. C.; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). *História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.

SORGENTINI, H. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.45, p.103-128, 2003.

SOUZA, R. F. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, Florianópolis, v.14, n.26, p.199-221, jan./jun. 2013.

THOMPSON, P. R. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VALENTE, W. R. A constituição dos saberes elementares matemáticos: a aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970. GHEMAT, Projeto financiado pelo CNPq, 2013.

VALENTE, W. R. História da Educação Matemática: considerações sobre suas potencialidades na formação do professor de matemática. *Bolema*, v.23, n.35, p.123-136, 2010.

VALENTE, W. R. O lugar da matemática escolar na Licenciatura em Matemática. *Bolema*, v.27, n.47, p.939-953, 2013.

VIDAL, D. G. Cultura e Práticas Escolares: Uma Reflexão sobre Documentos e Arquivos Escolares. In: SOUZA, R. F. e VALDEMARIN, V. T. (Org.). *A Cultura Escolar em debate*: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p.3-30.

VIDAL, D. G. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias*: questões para a história da educação. Campinas; Bragança Paulista: Autores Associados/EDUSF, 2000. p.31-44.

VIEIRA, A. M. D. P. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, J. C.; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). *História da Educação*: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p.65-78.

WERLE, F. O. C. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.13-35.